

#### ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2015.

Aos dezenove dias do mês de abril de 2015, as dez horas foi realizada na Câmara Municipal de Cacimbas, a quadragésima quinta sessão ordinária, compareceram na forma regimental, os vereadores, Luiz Fernando de Barros Júnior, José Cariolando da Silva, Pedro Martins Cassiano, José Almeida Cruz, Kelson da Silva Batista, Antônio de Pádua Teodósio do Carmo, Cicero Bernardo Cézar e Raimundo Cassiano da Silva, o Vereador José Pereira Oliveira, justificou sua ausência, iniciando os trabalhos o vereador presidente José Cariolando da Silva, desejou bom dia a todos, pediu ao primeiro secretário para verificar o livro de presença, portanto havendo quórum regimental declarou aberta a sessão, em seguida pediu ao vereador primeiro secretário Luiz Fernando de Barros Júnior que fosse lida a ata da sessão anterior, após lida, colocou em discussão, como não houve discussão, colocou em votação o qual foi aprovada por unanimidade. Entrando no EXPEDIENTE DO DIA, o presidente disse que as inscrições estão abertas aos oradores, em seguida pediu ao vereador primeiro secretário que fosse lido a matéria do expediente do dia, o vereador primeiro secretário leu o Requerimento nº 08/2015 de autoria do Vereador Cicero Bernardo Cesar, Requerimento nº 09/2015\_de autoria do Vereador José Cariolando da Silva, Oficio nº 030/2015 do Prefeito Geraldo Terto da Silva, Ofícios n.º 010 e 011/2015 do Vereador Antônio de Pádua Teodozio do Carmo, Oficio nº 058/2015 do Ministério Público Estadual. Entrando no GRANDE EXPEDIENTE, verificando o livro de inscrição de oradores, o presidente deu a palavra ao vereador Cicero Bernardo Cesar, que saudou a todos, disse que recentemente teve uma audiência com o Ministério Público e que o municipio de Cacimbas encontra-se impedido de fazer contratações sem concurso público, e que o Ministério Público vem implementando uma verdadeira cruzada com relação a realização de concurso público para demissões de servidores no serviço público, e a forma que foi recomendada pelo Ministério Público que não tramite o Projeto de Lei nº 05/2015 onde cria quarenta e oito cargos novos sem concurso público, se dar por precaução para que seja cumprida a constituição federal, por que se tem uma afirmação do prefeito que não precisa realizar o concurso público, então não precisa criar uma Estrutura na forma que apresenta o Projeto de Lei nº 05/2015, até porque há outras formas de preencher as vagas existentes no serviço público que é através do concurso público. Disse que foi convocado na última quarta-feira para uma audiência do Plano Municipal de Educação mas que não pode comparecer por um motivo inadiável que surgiu de





forma repentina e que informa a mesa diretora que pretende continuar como vereador de oposição indicado para a formação do Plano Municipal de Educação, que considera uma ferramenta muito importante no planejamento da educação, mas que acha difícil se concretizar esse plano devido à dificuldade de estabelecer até um plano de cargos e salario renovado, porque a lei que criou o limite de horas para os professores nos ditames do piso nacional salarial, diz que o limite máximo é até quarenta horas, e gostaria caso o projeto fosse encaminhado pelo prefeito já que a câmara não tem iniciativa para isso, pois se trata de despesa, e queria a oportunidade como vereador e atendendo pedido de trinta por cento dos professores do quadro efetivo, porque são aqueles que tem disponibilidade de quarenta horas, o piso nacional estabelece uma jornada de ate quarenta horas e caso esse plano venha com essa renovação, pretende apresentar uma emenda que de forma antecipada pedi voto aos vereadores, porque irá propor uma ideia no plano municipal de educação já que ele valerá para os próximos dez anos a implementação de uma escola integral na cidade e outro no Distrito de São Sebastião, que sabe que demanda recursos, mas se não tiver planejamento ficadifícil. Recomendou a mesa diretora quanto a formação das comissões permanentes, que estão indicados os vereadores, Pedro Martins, Raimundo e Antônio de Pádua nas distribuições das comissões, explica que a presidência da Comissão de Justiça estar com o Vereador Junior Barros, e que a oposição requer a relatoria, que a presidência da comissão de finanças estar com o vereador José Pereira que não é um vereador de oposição, ou seja, os vereadores de oposição vão sugerir a formação dessas comissões seja que a presidência de uma seja a relatoria da outra ou vice versa, para ficar distribuido como antes, o vereador Pedro Martins e Antônio de Pádua são do PR e o vereador Raimundo Cassiano do PROS, que o vereador Pedro Martins não consultou o partido para estar nessa comissão, apesar do presidente ter que respeitar a proporcionalidade dos partidos, caso não venha ter bloco, mas hoje o bloco estar complexo, porque o vereador Pedro pertence ao PR mas que decidiu fazer entendimento administrativo ao governo, que irá apresentar um requerimento na próxima sessão para ver se faz uma adequação nas comissões permanentes se for possível. Pedi ao presidente que já que houve uma recomendação do ministério público que dispense a deliberação do plenário do requerimento nº 08/2015 que pedi a suspensão do projeto de lei nº 05/2015, e comunica aos senhores que possivelmente poderá tirar uma licença de cento e vinte e um dias, com isso necessita da convocação do primeiro suplente da coligação do qual participou em



dois mil e doze, diz que uma probabilidade, não tem certeza, em função de um tratamento de saúde que se vai fazer, agradeceu a todos e desejou uma boa semana a todos. O Vereador Antônio de Pádua saudou a todos, desejou bom dia, iniciou com uma colocação sobre as oratórias que teria sido acordado na gestão anterior, no que se diz na ordem da oratória, onde a bancada de situação e oposição alterna em suas falas em cada sessão, em relação as comissões permanentes o vereador disse que estão equivocadas, que foram criadas de maneira irregular, disse que não foi consultado o líder da oposição, nem os líderes dos partidos, para que fosse indicado os membros nas comissões, disse que a casa se reuniu de maneira diferente do que deveria ser para a escolha das comissões, porque foi criada as comissões sem consultar e sem a presença dos vereadores na sessão, portanto, assim como o vereador Cicero Bernardo, o Vereador Antônio de Pádua, recomenda que seja refeita as criações das comissões permanentes, Agradeceu a todos. O Vereador Kelson Batista, desejou bom dia a todos, saudou os vereadores presentes, disse que a formação das comissões não foi feita de forma irregular, porque abrange todos os partidos e bancadas, sobre o projeto de lei nº 05/2015 a inserção do agente publicou deverá ser por concurso público, quanto ao projeto apresentado pelo vereador Cicero pede aos vereadores que vote pelo veto, onde o oficio do ministério público já recomenda a suspenção do projeto, finalizou agradecendo a todos. O Vereador Junior Barros, saudou a todos, desejou bom dia, disse que enfim a casa estar trabalhando na forma regimental, falou da importância do plano da educação para o município, a respeito das trinta e quarenta horas, o vereador Junior Barros, disse que existe professores no município que desempenha outros vínculos em outros município, e que não ver a possibilidade do município de se pagar quarentas horas trabalhando apenas trinta como requer que seja feita uma análise segundo o vereador Cicero Bernardo, disse que só quando o Plano de Cargas chegar nesta casa, poderemos analisar, discutir e apresentar emendas se possível e já dizer que vai apresentar uma emenda e já pedindo votos aos vereadores, disse que o Vereador Cicero Bernardo tem todo o direito de apresentar emendar, mas pediu para ler o plano item por item, artigo por artigo e só assim poderá apresentar uma emenda caso necessite, disse que em Brasília já tramite um projeto do poder executivo onde solicita uma escola em tempo integral, que estar aguardando um posicionamento do Deputado Damião Feliciano, e que sem duvido será um beneficio muito importante para Cacimbas. explicou que as comissões permanentes estão dentro da legalidade regimental, que os senhores vereadores foram convocados para as sessões, mas não



compareceram para se discutir as indicações, então o Presidente desta casa, tem o direito com a ausência dos vereadores de nomear os vereadores para as comissões e dentro delas os membros sejam eleitos, que infelizmente os vereadores não estava presentes, que foi respeitado o regimento, bem como a lei orgânica, na divisão da proporcionalidade dos partidos que aqui estão nesta casa legislativa, recomendou aos vereadores que fosse reprovado o requerimento nº 08/2015 de autoria do vereador Cicero Bernardo, porque o mesmo pede o arquivamento do projeto de lei nº 05/2015, onde pede suspenção, a retirada de pauta e o arquivamento, mas que respeite a recomendação do ministério público em suspender os tramites do projeto de lei nº 05/2015, finalizou agradecendo a todos. Havendo ORDEM DO DIA, o presidente pediu ao primeiro secretário que fosse lido a mesma, o primeiro secretário leu o Requerimento nº 08/2015 de autoria do vereador Cicero Bernardo, o Presidente colocou em votação, onde foi reprovado por quatro votos a três, Requerimento nº 09/2015 de autoria do Vereador Jose Cariolando, o presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Encerrando a ordem do dia o presidente convocou os vereadores para a próxima sessão há se realizar no dia 03 de maio, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. A ata vai assinada pelo vereador presidente, pelo primeiro secretário e demais vereadores que queiram assinar. Cacimbas dezenove de abril de dois mil e quinze.

FRESIDENTE 1

-

SECRETARIO

CÂMAPA PER LES GACIMBAS PB

103 105 15

4908eHlareida enes



#### ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2015.

Aos doze dias do mês de abril de 2015, as dez horas foi realizada na Câmara Municipal de Cacimbas, a quadragésima quarta sessão ordinária, compareceram na forma regimental, os vereadores, Luiz Fernando de Barros Júnior, José Cariolando da Silva, Pedro Martins Cassiano, José Almeida Cruz, Kelson da Silva Batista, José Pereira Oliveira, Antônio de Pádua Teodósio do Carmo, Cícero Bernardo Cézar e Raimundo Cassiano da Silva, iniciando os trabalhos o vereador presidente José Cariolando da Silva, desejou bom dia a todos, pediu ao primeiro secretário para verificar o livro de presença, portanto havendo quórum regimental declarou aberta a sessão, em seguida pediu ao vereador primeiro secretário Luiz Fernando de Barros Júnior que fosse lida a ata da sessão anterior, após lida, colocou em discussão, como não houve discussão, colocou em votação o qual foi aprovada por unanimidade. Entrando no EXPEDIENTE DO DIA, o presidente disse que as inscrições estão abertas aos oradores, em seguida pediu ao vereador primeiro secretário que fosse lido a matéria do expediente do dia, o vereador primeiro secretário leu o Projeto de Lei nº 06/2015, que ESTABECE DIRETRIZES E METAS ORÇAMENTARIAS PARA O EXERCICIO DO ANO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, Parecer nº 02/2015 da Comissão de Fiscalização, Finanças e Orçamento Público, Pareceres nº 04/2015, 05/2015 e 06/2016 da Comissão de Justiça, Cidadania e Redação, todos os pareceres acoplados aos seus Projetos de Lei e Resolução, Requerimento nº 06/2015, Requerimento 07/2015, Entrando no GRANDE EXPEDIENTE, verificando o livro de inscrição de oradores, o presidente deu a palavra ao vereador Cicero Bernardo Cesar, que solicitou do Presidente 10 minutos devido ainda permanecer na condição de líder de bancada de oposição, do qual foi concedido pelo Presidente, o Vereador Cicero Bernardo Cesar, pediu ao Presidente que fosse lido pelo Primeiro Secretario as matérias da ordem do dia, do qual foi lido pelo mesmo, o Vereador Cicero Bernardo Cesar solicitou do Presidente o arquivamento do Requerimento nº 07/2015 do qual ele é autor do mesmo, que ao mesmo tempo foi atendido pelo Presidente, iniciando seu pronunciamento, o Vereador Cicero Bernardo saudou a todos, explicou que sua ausência nas primeiras sessões em 2015 foi em função do Impasse jurídico devido a troca de Presidente e todo mesa diretora, em ralação ao requerimento que foi apresentado com gastos em diárias, em que o Jornal da Paraíba publicou uma matéria a cerca com gastos com diárias na prefeitura de Cacimbas, como já foi pedido o arquivamento, fica o requerimento aguardando o aditivo dos seus

de



seguinatarios, em relação ao Projeto de Lei que trata da nova estrutura, não foi tomado conhecimento do conteúdo e foi pedido vistas antes de entrar na ordem do dia, por se tratar de novas despesas, como é que o Governo Municipal nega reajuste salarial para a categoria de Agentes de Endemias, e acredita que seja aumentando cargos, então conforme o art.152 do regimento interno peço vistas ao Projeto de Lei para ser debatido na próxima sessão, além do mais ira verificar se o projeto contas os tramites legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o município tem um limite de gastos com pessoal, devido haver um dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal, que no art. 21, trata-se de alguns encaminhamentos pelo chefe do executivo quando se trata de que de gastos com pessoal, no anexo I das diárias, é muito prudente pelo chefe do executivo mudar realmente as diárias, devido a todas que estão na câmara não consta as comprovações da pernoite, onde na lei diz que o secretario só recebe a diária completa se pernoitar, onde na maioria das viagens são para Patos, Campina Grande ou João Pessoa, onde em Joao Pessoa nunca ouviu falar que um Secretario dormisse debaixo do viaduto do Chá, em Campina Grande não se dormi no meio da rua, ou seja, são cidades que tem a capacidade na rede hoteleira em fornecer notas, mas não se encontram, portanto, é muito prudente da porta do Poder Executivo, o que foi feito em 2014 estar feito, agora que não inventasse mais diárias para beneficiar secretários, porque eu disse na imprensa que iria apresentar um requerimento na câmara, e que foi pejorativas porque disse que o pau que bate em Chico bate em Francisco e que acabou de responder um processo de diárias em 2014 sobre gastos com diárias, e não ver nada demais apurar gastos com diárias na prefeitura, se não tem nada errado não tem porque estar com preocupação, mas como o requerimento estar arquivado, fica os autores a trazer aditivos para o mesmo, reforçou o pedido de vistas ao Presidente do Projeto de Lei nº 05/2015 para poder tomar conhecimento, quanto a parte dos Secretários é inconstitucional por que a câmara é que determina os salario, de vereadores, secretario, prefeito e vice prefeito, convidou aos vereadores para que seja aplicado o princípio da razoabilidade nos reajustes dos secretários, que prevalece a partir de 1º de janeiro de 2017 e que nesse mesmo pacote fosse incluído os subsídios dos vereadores para R\$ 2.500,00, o Presidente para R\$ 5.000,00, o vice prefeito para R\$ 7.500,00 e o Prefeito R\$ 15.000,00 a população estaria curiosa para saber caso atendido o pedido de R\$ 9.000,00 para R\$ 15.000,00 e o Presidente de R\$ 2.600,00 para R\$ 5.000,00, isso é para que tenham zelo com a coisa pública, não quero dizer que os que passaram os que estão, não estão tendo



zelo, mas é porque ficam buscando forma de complementar o salário, é para não roubar mesmo, desculpa a expressão porque político é um bicho danado, quando coloca a gravata e a caneta na mão que começa atender a pedidos políticos, que por muitas vezes quem sofre são os cofres públicos de forma errada. Agradeceu a todos e que aguardava a concessão do pedido de vista do Projeto de Lei 05/2015. O vereador Antônio de Pádua Teodozio do Carmo, desejou bom dia a todos, e disse que o Vereador Cicero Bernardo Cesar explicou a ausência nas primeiras sessões de 2015, ele faz de uso as mesmas palavras do Vereador, onde aguardava da justiça uma decisão sobre a Presidência da Casa Legislativa, até porque qualquer processo que transcorre na justiça não se sabe qual será a decisão final, e que não tinha a certeza da decisão, até porque se tivesse não teria necessidade de justiça para fazer julgamento dentro das questões que há divergências, solicitou cópia das proposituras e requerimentos apresentadas na Câmara, agradeceu a todos pelas palavras. O Vereador José Pereira Oliveira, agradeceu a Deus por estar ali naquele momento, desejou bom dia a todos, e disse que la fazer umas colocações sobre o requerimento por ele apresentado, que pede que na manutenção seja colocado 30cm no baldo do açude do São Gonçalo, devido a sua cheia ele transborda pelo mesmo, disse que eram suas palavras e agradeceu a todos. O Vereador Júnior Barros, desejou bom dia todos e saudou os presentes, disse que essa semana foi realizado um julgamento no TRE em Joao Pessoa, de uma Ação de Impugnação de Mandata Eletivo-AIME e Uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral, impetrada pela Coligação da época pelo Ex-Prefeito Nilton de Almeida, do qual os Juízes Eleitorais daquela corte julgou pela improcedência das ações, então foi mais uma vitorio do Prefeito Leo, mais uma vitória do povo de Cacimbas, destacou também que deu início este ano na Comunidade do Cipó o programa Cidadania Popular, executado pelo poder executivo, parabenizou a todos pela ação, ao prefeito Leo e ao Secretário Edilson por estar a frente na coordenação do programa, disse que ouviu atentamente ao pronunciamento do Vereador Cicero Bernardo sobre o requerimento apresentado por ele e sobre uma publicação feita pelo Jornal da Paraíba, do qual foi feita a pedido do Vereador Cicero Bernardo, onde foi tomado conhecimento do mesmo, mas que independente do pedido ou não, e o requerimento cita o nome do Vereador Junior Barros, que se o plenário aprovar a CPI, que investigue, pois seu nome estar limpo, que tem as mão limpas, e que não usa suas mãos para desvias dinheiro público prejudicando o erário público, e quanto ao aumento que o Projeto de Lei nº 05/2015 cita e os Agentes de Endemias, disse que os agentes vem sofrendo sim, mas não culpa o poder

gr



executivo, porque até a presente nada ainda não foi repassado os recursos do governo Federal e que quando viesse, viesse com os retroativos porque seria um benefício para os agentes porque eles merecem e que os aumentos dos secretários é de poder do executivo, que a inconstitucionalidade estar no regimento interno no artigo onde veta o aumento de salários a secretários, do qual já foi pedido a supressão pelo vereador Junior Barros e foi arquivado pelo Ex-Presidente Antônio de Pádua, a Casa Legislativa apenas sobrepôs sobre os funcionários da casa, sobre os da prefeitura nos apenas aprovamos ou não, agradeceu a todos pelas palavras. Havendo ORDEM DO DIA, o presidente retirou de pauta o Projeto de Lei nº 05/2015 a pedido de vista pelo Vereador Cicero Bernardo, pediu ao primeiro Secretario para ler a ordem do dia, colocou em votação o Parecer nº 04/2015 da Comissão Justiça, Cidadania e Redação, anexado ao Projeto de Resolução nº 01/2015, onde foi aprovado por unanimidade pelos presentes: Parecer nº 05/2015 da Comissão Justica, Cidadania e Redação, anexado ao Projeto de Lei nº 04/2015, onde foi aprovado por unanimidade pelos presentes; Requerimento nº 05/2015, anexado ao Projeto de Resolução que Dispõe sobre a supressão da alínea "i" do artigo 6º do regimento interno, onde foi aprovado por unanimidade pelos presentes; Requerimento 06/2015 de autoria do Vereador Jose Pereira Oliveira, onde foi aprovado por unanimidade pelos presentes. Encerrando a ordem do dia o presidente convocou os vereadores para a próxima sessão há se realizar no dia 19 de abril, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. A ata vai assinada pelo vereador presidente, pelo primeiro secretário e demais vereadores que queiram assinar. Cacimbas doze de abril de dois mil e quinze.

Jone Cariolando de S'Un

PRESIDENTE

SECRETARIO

CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBAS-PB

APROVADO EM \_\_\_\_ TURNO
NO DIA /9 / 04 / 20/C

1 - 1 - 1 - 1 dois

residente

Secretário

Secretário